

Contribuição Previdenciária e Transição Demográfica no Contexto da Seguridade Econômica: o desafio do mercado de trabalho brasileiro

Social Security Contributions and Demographic Transition in the Context of Economic Security: the challenge of the Brazilian labor market

Elen Sperotto da Silveira^{1✉}, Cleide Fátima Moretto^{2✉}

Resumo

A seguridade econômica é um conceito fundamental para a estabilidade financeira dos indivíduos ao longo do curso de vida. O processo de envelhecimento está intimamente ligado às políticas sociais que contemplam a seguridade econômica. O estudo objetiva analisar a evolução do número de contribuintes do sistema previdenciário brasileiro como consequência da transição demográfica. Realizou-se um estudo aplicado, em nível descritivo, por meio de revisão de literatura e levantamento de dados secundários, nas bases do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especificamente dos resultados da Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD) e do Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS), em variáveis associadas à ocupação, idade e condição contributiva, no período entre 2012 e 2021. O estudo identificou os desafios de um sistema previdenciário que se depara com uma expressiva diminuição da contribuição dos trabalhadores mais jovens, além de mudanças na qualidade dos vínculos que sustentam as contribuições previdenciárias.

Palavras-chave: Seguridade Econômica. Previdência Social. Jovens. Trabalho.



¹ Graduanda do curso de ciências econômicas, Esan/Universidade de Passo Fundo (UPF), Passo Fundo (RS), Brasil; ² Docente do Programa de Pós-Graduação em Envelhecimento Humano (PPGEH), Universidade de Passo Fundo (UPF), Passo Fundo (RS), Brasil; email: moretto@upf.br

Introdução

O processo de envelhecimento está intimamente ligado às políticas sociais que contemplam a seguridade econômica. A seguridade econômica é um conceito fundamental para a estabilidade financeira dos indivíduos ao longo do curso de vida (Guzman; Huenchuan, 2007). O Brasil enfrenta dificuldades nesse âmbito, como a necessidade de equilíbrio financeiro da Previdência Social, a ampliação da cobertura, a qualidade dos serviços de saúde e a garantia de recursos adequados para a assistência social. A reforma da Previdência, em 2019, trouxe mudanças significativas nas regras de concessão de benefícios previdenciários, com o objetivo de garantir a sustentabilidade do sistema no longo prazo em virtude da transição demográfica. O processo de transição demográfica é caracterizado por mudanças na estrutura etária da população, com uma queda no número de contribuintes (pessoas em idade ativa) e um aumento no número de beneficiários (pessoas em idade não ativa, que inclui as pessoas idosas). O aumento da expectativa de vida e a diminuição da taxa de natalidade têm levado a um aumento proporcional no número de idosos em relação à população em idade ativa: com menos pessoas em idade de trabalhar há menos contribuintes para financiar os benefícios previdenciários (Constanzi; Ansiliero, 2017). Essas mudanças demográficas têm implicações profundas para diversos setores, incluindo a economia, a previdência social e a saúde (Tafner, 2012; Garcia, 2016, IBGE, 2020). Questiona-se, nesse sentido, o impacto da transição demográfica na decisão dos adultos jovens em relação à contribuição da previdência social. O estudo objetiva analisar a evolução do número de contribuintes do sistema previdenciário brasileiro como consequência da transição demográfica e do envelhecimento da população.

Materiais e métodos

Foi realizado um estudo aplicado, em nível descritivo, por meio de revisão de literatura e levantamento de dados secundários. A revisão de literatura baseou-se no aprofundamento dos conceitos de seguridade econômica, previdência social e transição demográfica. Os dados secundários foram coletados na base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especificamente dos resultados da Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD) e na base de dados do Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS). O período de dados analisados compreendeu os anos de 2012 a 2023. As variáveis analisadas foram: número total de pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas; número total de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas contribuintes para previdência; número total de pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas não contribuintes para a previdência; contribuintes por beneficiário de aposentadoria ou pensão por morte; contribuintes por beneficiário de aposentadoria ou pensão por morte ou BPC/LOAS; número total de pessoas ocupadas de 18 a 24 anos contribuintes para previdência; número total de pessoas ocupadas de 25 a 49 anos contribuintes para previdência; número total de pessoas ocupadas de 50 anos ou mais contribuintes para previdência; contribuintes para um instituto de previdência; não contribuintes para um instituto de previdência; faixa de idade e quantidade de contribuintes

pessoas físicas.

Resultados e discussão

A literatura relativa à seguridade econômica aponta que existem lacunas de proteção social e vulnerabilidade financeira para a pessoa idosa (Guzman; Huenchuan (2007, Ansiliero; Cifuentes, 2022). Aborda a segurança econômica e pobreza na velhice, examina os desafios enfrentados em relação à segurança financeira e a garantia de uma renda adequada durante a aposentadoria. Como argumentam Guzman e Huenchuan (2007), o aumento da cobertura da segurança social, a melhoria da empregabilidade dos idosos e a criação de serviços sociais de apoio à autonomia tornaram-se instrumentos políticos fundamentais para garantir uma boa qualidade de vida na velhice. Além disso, mencionam que as transferências públicas constituem elementos básicos para garantir a qualidade dos últimos anos de vida. As evidências conduzem, para o caso do Brasil, para uma diminuição significativa na quantidade de contribuintes para a previdência social nas faixas de trabalhadores mais jovens (até 34 anos) e elevação na participação de contribuintes em faixas etárias mais elevadas.

Tabela 1 | Número total de contribuintes pessoas físicas, número médio mensal de contribuintes pessoa física, segundo grupos de idade, 2011, 2021

Faixa de Idade	2011		2021	
	Frequência absoluta	%	Frequência absoluta	%
Até 19 anos	2.790.923	4,4	1.947.833	2,8
20 a 24 anos	8.597.976	13,4	7.827.554	11,3
25 a 29 anos	10.352.403	16,1	9.450.698	13,6
30 a 34 anos	9.772.813	15,2	9.575.045	13,8
35 a 39 anos	7.923.508	12,4	9.652.910	13,9
40 a 44 anos	6.775.547	10,6	8.857.851	12,8
45 a 49 anos	5.987.387	9,3	7.035.379	10,2
50 a 54 anos	4.605.753	7,2	5.797.964	8,4
55 a 59 anos	3.116.421	4,9	4.651.974	6,7
60 a 64 anos	1.547.546	2,4	2.674.489	3,9
65 a 69 anos	497.957	0,8	1.017.247	1,5
70 anos e mais	266.187	0,4	514.095	0,7
Ignorada	1.875.429	2,9	307.738	0,4
{ñ class}	20	0,0	0	0,0
Total	64.109.870	100,0	69.310.777	100,0

Fonte: dados obtidos em Infologo AEPS (Brasil, 2022).

A partir dos dados da Tabela 1 pode-se observar que a soma das faixas etárias de até 19, 20 a 24, 25 a 29 e 30 a 34 anos, representava 49,1% em 2011 e passou a representar 41,5% do total das contribuições, em 2021, caracterizando uma queda em termos relativos (%), e absolutos. A esse respeito, é importante destacar que a contribuição de pessoas nas faixas etárias de adultos jovens é crucial para a sustentabilidade e o funcionamento adequado do Regime Geral de Previdência Social, sobretudo na perspectiva da solidariedade intergeracional. Além disso, o sistema de previdência social público pode ser complementado por outras formas de poupança e investimento para garantir a segurança financeira individual na aposentadoria. Um dos motivos para essa diminuição, além da própria diminuição da taxa de natalidade, é a informalização do mercado de trabalho (Costanzi; Ansiliero, 2017, Carvalho, 2023). A transição demográfica, em países em desenvolvimento como o Brasil, ocorre em um contexto de mercado de trabalho com postos de trabalho mais instáveis e com rendimentos menores, o que compromete a

capacidade de financiamento previdenciário. Sem dúvida, a razão total de dependência (razão entre jovens e velhos) está em ascensão e tem a perspectiva de superar a marca de 100 dependentes para cada 100 pessoas em idade ativa (Garcia, 2016). Consequentemente, no futuro próximo, prevê-se um cenário no qual a quantidade de pessoas dependentes será superior àquelas em idade produtiva, demandando substancial ampliação da produtividade da força de trabalho e uma revisão profunda da integração da população idosa. Sem a devida contribuição e proteção previdenciária, os jovens estarão mais suscetíveis a enfrentar dificuldades financeiras na velhice, quando sua capacidade de trabalho diminuir.

Conclusão

O estudo identificou os desafios de um sistema previdenciário que contemple não apenas o envelhecimento populacional, mas, também, as mudanças na qualidade dos vínculos de trabalho que dá base para as contribuições previdenciárias. A informalização do mercado de trabalho pode impactar negativamente a capacidade de os jovens de acumular contribuições previdenciárias ao longo de suas carreiras, o que, por sua vez, afeta suas perspectivas de receber benefícios previdenciários adequados na aposentadoria e velhice. Ações voltadas ao planejamento em termos de proteção social e previdenciária já no ingresso do mercado de trabalho são fundamentais para garantir a seguridade econômica.

Agradecimentos

Agradecemos à Universidade de Passo Fundo pela Bolsa PIBIC-UPF.

Referências

ANSILIERO, G.; CIFUENTES, R. **Proteção social entre os idosos brasileiros: tendências e perspectivas pós-promulgação da constituição federal de 1988**. Rio de Janeiro: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2022.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Infologo AEPS**. Base de dados históricos da Previdência Social. Brasília, 2022.

CARVALHO, S. S. Retrato dos rendimentos do trabalho – resultados da PNAD Contínua do segundo trimestre de 2023. **Carta de Conjuntura IPEA**, n. 61, Nota de conjuntura 23, p. 1-16, out./dez. 2023.

COSTANZI, R. N.; ANSILIERO, G. **Os efeitos do envelhecimento na previdência social brasileira e as aposentadorias precoces**. Brasília: IPEA, 2017 (Nota Técnica n. 45).

GARCIA, J. C. (Ed.). O desafio de gastar com mais eficiência. **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), v. 13, n. 88, p. 16-28, 2016.

HUENCHUÁN, S.; GUZMÁN, J. M. Seguridad económica y pobreza en la vejez: tensiones, expresiones y desafíos para el diseño de políticas. **Revista de la CEPAL**, v. 33, n. 83, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade**: projeção da população das unidades da federação por sexo e idade para o período 2010/2060. Rio de

Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua)**. Rio de Janeiro: IBGE: 2023. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 5 abr. 2023.

QUEIROZ, V. S.; RAMALHO, H. M. B. A Escolha Ocupacional dos Idosos no Mercado de Trabalho: evidências para o Brasil. **Revista Economia**, Brasília (DF), v. 10, n. 4, p. 817-848, 2009.

TAFNER, P. Desafios e reformas da previdência social brasileira. **Revista USP**, São Paulo (SP), n. 93, p. 137-156, mar./maio 2012.